



EMENDA Nº - CCJ
(ao PL nº 2235, de 2019)

Dê-se aos caputs dos arts. 108 e 109 da Lei 4.737, de 15 de julho de 1965, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 2235, de 2019, a seguinte redação :

“**Art. 108.** Estarão eleitos, entre os candidatos registrados por um partido que tenham obtido votos em número igual ou superior a 10% (dez por cento) do quociente eleitoral, tantos quantos o respectivo quociente partidário indicar, observados os seguintes critérios.

I-.....
II-.....
III-.....

Art. 109. Os lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários e em razão da exigência de votação nominal mínima a que se refere o art. 108 serão distribuídos de acordo com as seguintes regras:

I -
.....”(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão da cláusula de barreira nas eleições proporcionais foi um grande avanço do ponto de vista democrático, pois acabou, em boa parte, com os chamados puxadores de voto de partidos políticos. Isso fazia com que candidatos com grande apelo ou carisma na sociedade fossem capazes de, praticamente sozinhos, atingirem o quociente eleitoral e levarem, de carona, candidatos que obtiveram poucos votos.

Isso fez com que diversas injustiças eleitorais fossem praticadas ao longo de nossa história democrática, fazendo com que candidatos muito bem votados ficassem de fora do parlamento, enquanto outros com votação inexpressiva acabassem assumindo mandatos legislativos.



SF/19901.88715-16



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

Por essa razão, e com o objetivo de buscar a preservação da vontade popular, apresentamos a presente emenda no sentido de se preservar a votação mínima de candidatos como pré-requisito na investidura de mandato parlamentar.

Essa é a contribuição que temos a oferecer, renovando nossas homenagens à iniciativa do autor, que pretende dar grande avanço para a inserção das mulheres no Poder Legislativo do Brasil.

Sala da Comissão,

Senador RANDOLFE RODRIGUES
REDE-AP



SF/19901.88715-16